

PROCESSO CIVIL

Honorários de advogado

♦ O contrato escrito de honorários de advogado pode assumir diferentes formas de apresentação, pois não há, na lei, forma prescrita ou defesa, nem exigência de requisitos específicos. (148774)

Valor da causa

♦ Se na ação revisional o que se pretende é a redução do valor das prestações do contrato, o valor da causa não poderá ser o valor do próprio contrato. (148858)

CIVIL E COMERCIAL

Falência

♦ A partir do depósito elisivo – se completo –, conjugado com a contestação, o requerimento de falência transforma-se em ação de cobrança. (148783)

Seguro obrigatório

♦ Os valores de coberturas não devem restar defasados a ponto de distanciar-se sobremaneira de sua razão de existir sob pena de ferir sua nítida função social. (148901)

PENAL E PROCESSO

Crime contra o sistema financeiro nacional

♦ A obtenção de financiamento junto à instituição financeira mediante fraude de que se tem conhecimento caracteriza o crime contra o sistema financeiro nacional. (148727)

Estelionato previdenciário

♦ Configura o crime de estelionato contra a Previdência Social a utilização de vínculo conjugal fictício para a obtenção de benefício previdenciário de pensão por morte. (148728)

TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Adicional de insalubridade

♦ O contato direto do trabalhador com os elementos formadores da composição do cimento assegura-lhe o direito à percepção do adicional de insalubridade em grau médio. (148845)

Rescisão do contrato de trabalho

♦ Não se podem considerar cumpridas as obrigações do empregador pelo simples depósito do valor rescisório, sem o fornecimento de todos os documentos relativos à rescisão. (148937)

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

Fiscalização profissional

♦ Não há nenhum amparo legal para que os CRTR possam atuar os biomédicos que, devidamente habilitados, estejam atuando no campo do radiodiagnóstico. (148764)

Mandado de segurança

♦ O prazo decadencial de cento e vinte dias do mandado de segurança começa a correr da ciência, pelo interessado, do ato impugnado. (148550)

TRIBUTÁRIO

Certidão de dívida ativa

♦ É condição de certeza e liquidez da CDA a inequívoca descrição da situação definida em lei como necessária e suficiente à ocorrência da obrigação tributária. (148869)

Lançamento

♦ A notificação por edital do lançamento do crédito tributário só se justifica quando o sujeito passivo se encontra em local incerto e não sabido. (148891)

<p>PROCESSO CIVIL</p> <p>Embargos do devedor</p> <ul style="list-style-type: none">♦ Pode o magistrado alterar, de ofício ou a requerimento da parte, o valor da multa quando este se tornar insuficiente ou excessivo, mesmo depois de transitada em julgado a sentença. (148996) <p>Penhora on-line</p> <ul style="list-style-type: none">♦ Inexiste violação à privacidade ou à intimidade a configurar inconstitucionalidade na realização da penhora on-line de ativos financeiros para satisfação da execução judicial. (148967) <p>CIVIL E COMERCIAL</p> <p>Sucessão</p> <ul style="list-style-type: none">♦ A companheira supérstite tem direito real de habitação sobre o imóvel de propriedade do falecido onde residia o casal, mesmo na vigência do atual Código Civil. (148781) <p>Telefonia</p> <ul style="list-style-type: none">♦ A cláusula de fidelização em contrato de telefonia é legítima, na medida em que se trata de condição que fica ao alvedrio do assinante, o qual recebe benefícios por tal fidelização. (148789) <p>PENAL E PROCESSO</p> <p>Fraude processual</p> <ul style="list-style-type: none">♦ Inexistindo modificação ardilosa no estado de fato do objeto em litígio, com o fim de induzir a erro o juiz, não há falar no crime de fraude processual. (148963) <p>Violência doméstica e familiar</p> <ul style="list-style-type: none">♦ Inviável a oferta de transação penal ou de suspensão condicional do processo, em se tratando de crime envolvendo violência doméstica e familiar. (148691)	<p>TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL</p> <p>Férias</p> <ul style="list-style-type: none">♦ O acréscimo constitucional de 1/3 é devido sobre os 30 dias de férias a que o trabalhador tem direito, independentemente do abono de férias a que faz jus, caso opte. (148844) <p>Jornada de trabalho</p> <ul style="list-style-type: none">♦ A flexibilização permitida pela via da negociação coletiva encontra limites, não sendo passível de renúncia direito de ordem pública tutelado por lei. (148939) <p>CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO</p> <p>Desapropriação</p> <ul style="list-style-type: none">♦ Na desapropriação, prevalece a disposição específica no sentido de que “a citação far-se-á por mandado na pessoa do proprietário dos bens, a do marido dispensa a da mulher”. (148790) <p>Responsabilidade civil do Estado</p> <ul style="list-style-type: none">♦ A responsabilidade dos entes públicos independe da prova do elemento subjetivo – dolo ou culpa –; sendo suficiente a demonstração do dano e do nexo causal. (148674) <p>TRIBUTÁRIO</p> <p>Imposto territorial rural</p> <ul style="list-style-type: none">♦ Constitucionalidade da previsão de sistema progressivo de alíquotas para o imposto sobre a propriedade territorial rural mesmo antes da EC 42/2003. (148802) <p>Multa fiscal</p> <ul style="list-style-type: none">♦ Não se mostra abusiva, por si só, a multa aplicada por lei, fixada no percentual de 50% do imposto devido, caracterizando-se como pena pelo não cumprimento da obrigação. (148884)
--	---

PROCESSO CIVIL

Medida cautelar

- ♦ Cabe assegurar a prova pericial sempre que haja temor da parte interessada que venha a se tornar impossível ou dificultosa a sua produção. (149036)

Petição inicial

- ♦ Se a parte é intimada para, corretamente, emendar a inicial e não o faz, ou o faz parcialmente, age acertadamente o juiz que indefere a petição inicial. (149044)

CIVIL E COMERCIAL

Arrendamento mercantil

- ♦ Ausente a notificação hígida do devedor, correta a sentença que extingue, sem resolução do mérito, a reintegração de posse fundada em contrato de *leasing*. (149021)

Compra e venda

- ♦ O alienante responde pelos riscos da evicção, e o evicto tem direito à restituição integral do preço ou quantia pagas, além da indenização dos frutos que foi obrigado a restituir. (149037)

PENAL E PROCESSO

Estatuto do desarmamento

- ♦ O tipo penal prevê ser crime o simples porte ilegal do revólver e não dispõe que este, obrigatoriamente, deva estar muniado. (148949)

Habeas corpus

- ♦ A ausência de defesa preliminar caracteriza nulidade relativa, cujo reconhecimento depende de demonstração do efetivo prejuízo causado para o direito de defesa. (148726)

TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Execução de sentença

- ♦ A sentença arbitral produz os mesmos efeitos da sentença proferida pelos órgãos do Poder Judiciário e, sendo condenatória, constitui título executivo. (148920)

Prescrição

- ♦ Prescrição é a perda da ação atribuída a um direito, e de toda a sua capacidade defensiva, em consequência do não uso desta, durante determinado espaço de tempo. (148819)

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

Concurso público

- ♦ Não é possível que a Administração Pública altere os termos do edital de forma a atender a conveniência do candidato sem que haja violação aos direitos dos demais postulantes. (148757)

Nepotismo

- ♦ Não se faz necessária a comprovação de “vínculo de amizade ou troca de favores” para a configuração da situação de nepotismo vedada, originariamente, pela Constituição. (148579)

TRIBUTÁRIO

Contribuição social

- ♦ É constitucional a cobrança da contribuição sobre folha de salários, desde que sua incidência se limite à remuneração paga pela empresa em razão da execução de trabalho subordinado. (148471)

Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços

- ♦ Cabível a incidência do ICMS em operação de importação de bem destinado à pessoa que não se dedica habitualmente ao comércio ou à prestação de serviços. (148880)